

CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIVERSIDADE E SEU PAPEL SOCIAL

A Participação de Alunos em Projetos Urbanos Reais: o Caso da Cal Poly San Luis Obispo.

DEL RIO, Vicente

Arquiteto, PhD , Professor of City and Regional Planning - Cal Poly San Luis Obispo ; Professor Titular, FAU/UFRJ

Resumo

Fundamentalmente, a universidade desempenha sua função social através de serviços comunitários, da pesquisa aplicada, e da ação direta pedagógica. A filosofia básica da Califórnia Polytechnic State University SanLuis Obispo é “aprender fazendo”, que se reflete na pedagogia da grande maioria dos cursos, particularmente através de variados níveis desenvolvimento com a comunidade. Esta apresentação discute as implicações e a importância deste enfoque na área do projeto da arquitetura e urbanismo, através da discussão de duas experiências recentes no departamento de Planejamento Urbano e Regional. Projetos comunitários e problemas reais “contratados” possibilitam aos alunos engajar-se em processos pedagógicos mais próximos do real, aumentam o interesse em aprender e fixação melhor o aprendizado, e os permitem envolver-se com o desenvolvimento comunitário: dos principais pontos do código de ética da profissão do urbanista.

Introdução

Há apenas dois anos, sob os auspícios da UFRN, em Natal, finalmente deu-se continuidade às importantes discussões sobre ensino de projeto iniciadas pelo encontro da UFRGs em 1985 (Comas, 1986). Avançando questões sobre a formação contemporânea do arquiteto e do ensino do projeto no Brasil, o primeiro Seminário sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura reuniu diversos pesquisadores. Na introdução ao livro nascido do evento, Lara & Marques (2003) acertadamente apontaram que, nos últimos vinte anos no Brasil, assistimos ao fortalecimento da área de Arquitetura e Urbanismo através da expansão dos cursos de graduação e de pós, a retomada das publicações, e a proliferação de eventos. Seguindo os caminhos da redemocratização do país, esses movimentos foram causa e efeito de um aumento significativo nas pesquisas e no pensar a Arquitetura e Urbanismo. Entretanto, como observam os mesmos autores, essa consolidação não foi acompanhada pelo pensar sobre o ato de projetar e sobre pedagógicas do ensino de projeto, e “conseqüentemente, ainda se ensina e se discute o projeto da mesma maneira que há vinte anos” (Lara & Marques, 2003: 8).

Estando envolvido com o ensino do projeto em Arquitetura e Urbanismo desde 1978, eu também comungo dessas preocupações. Interesse-me, particularmente, pelo ensino de metodologias aos alunos que lhes permitam processos projetuais mais abertos, fugindo da caixa preta, unindo a criatividade ao método, e aproximando os paradigmas artístico, técnico e social (del Rio, 1998; 1990^a; 1990^b). “Métodos projetuais mais conscientes, que busquem o equilíbrio do triângulo de Vitruvius, e menos destrutivos das lógicas pré-existentes, participativos e em consonância com as expectativas do público usuário...” (del Rio, 1998: 212).

Entretanto, nesses dois eventos citados houve uma ausência que me preocupa. Embora os trabalhos discutidos demonstrem que já há diversas experiências pedagógicas que se utilizam da investigação direta junto a usuários potenciais para informar o projeto, parece-me que não se discute o ensino do projeto apoiado em pedagogias que ensinem aos alunos a envolver a comunidade, os usuários, no próprio processo decisório. Este poderia ser chamado, nos dizeres de Sanoff (1999, 2000), de modelo pedagógico participativo ou de “pesquisa-ação”, que tem por base o que se convencionou chamar de “*community design*” nos EUA, ou projeto comunitário. Essa pedagogia visa promover o ensino do projeto através de um enfoque de maior responsabilidade social, mais ético, num modelo participativo que ensina ao estudante como lidar com as comunidades, e como conduzir um processo projetual aberto à participação sob diversas formas e em diversos momentos (Sanoff, 2000; Salama, 1995). É o ensino do projeto dentro de um contexto que explicita relações e atritos sociais, culturais, econômicos, e políticos da vida real.

Esta será a pauta da minha apresentação que, de certa forma, retoma uma antiga preocupação e um tipo de pedagogia similar à que eu usava no começo de minha carreira docente, quando enfatizava a necessidade de programas curriculares para assistência técnica a comunidades em escolas de Arquitetura e Urbanismo (del Rio, 1990a; 1998). Minha idéia é discutir com vocês a atuação do docente de projeto segundo dessa perspectiva, inserida num paradigma sobre o papel social da universidade junto à sociedade que, a meu ver, coincide com o nosso papel ético enquanto arquitetos-urbanistas: a democratização do saber e do poder sobre as decisões relativas ao projeto. E acho que não é preciso enfatizar aqui a importância dessa temática para o contexto brasileiro, cujo desenvolvimento social tanto precisa do apoio das universidades.

Para tanto, vou considerar *projeto* como um procedimento organizado de atividades para a tomada de decisões relacionadas com mudanças no mundo físico, uma definição constante em Zeisel (1981). O projeto é o meio de investigação através do qual realizamos e damos forma a idéias sobre morar e sobre assentamentos humanos (Rowe, 1995). É uma forma prática de investigação pois está preocupada em fazer e em ter uma certa utilidade. Para que o projeto exista, subentende-se a necessidade de se melhorar o ambiente construído ou seja, de se resolver um problema que, pela definição de Thorndike (1931; apud Rowe, 1995) é aquilo que existe quando um organismo quer algo mas as ações necessárias para obter esse algo não são imediatamente óbvias.

Através dessas noções eu tento construir uma ponte entre o projeto de Arquitetura e o de Urbanismo, e incluo, em nível pedagógico, toda a atividade de atelier onde o produto final visa um pacote de medidas/ações para melhorar o ambiente construído. Faço isso, como vocês devem estar suspeitando, para incluir o Urbanismo, o Desenho Urbano, e o Planejamento Urbano, independentemente das definições que possamos ter para cada um deles. Minha discussão tomará por base o contexto de minha atuação docente dos últimos quatro anos, inserida na escola de planejamento urbano e regional da Califórnia Polytechnic State University em San Luis Obispo, E.U.A.

O CARÁTER PÚBLICO E PARTICIPATIVO DO PLANEJAMENTO NOS EUA

O urbanismo e o planejamento urbano moderno surgiram como resposta a problemas urbanos, uma necessidade cada vez maior devido ao aumento da quantidade e intensidade dos desafios gerados pela vida urbana que demandam a nossa interferência profissional. Desde suas origens, o planejamento urbano tem um caráter público, tanto como um conjunto de práticas facilitadoras da produção e reprodução do capital, como respostas a necessidades reais de ordem e saúde pública, ou resultado de pressões políticas de cunho mais humanista. Como quando exercido pelo poder público ele se baseia no princípio de regular e limitar os direitos de construção do indivíduo em função do interesse público, o planejamento urbano deve ser uma atividade fundamentalmente pública, incluindo os diferentes atores sociais, e ter cunho participativo.

Nos EUA no início dos 60, como resultado dos movimentos por direitos sociais iniciados na década anterior, do trabalho de ativistas políticos como Paul Davidoff com o seu "*advocacy planning*", e de profissionais e pesquisadores de ponta, iniciou-se uma revisão do paradigma do planejamento tecnocrático e surgiu um planejamento mais socialmente consciente. Respondendo a esse movimento, a partir de meados dos anos 60, o governo federal norte-americano passou a exigir que seus programas de assistência social, financiamento habitacional, e renovação urbana incluíssem a participação comunitária. Naquela época, os *public hearings*, ou audiências públicas, foram o meio mais avançado para isso, abrindo o processo de planejamento e fugindo, pelo menos um pouco, do viés tecnocrático e autoritário de antes. Os próximos passos foram no sentido de melhorar os canais de comunicação com o público, e em processos para a construção do consenso, onde todos os grupos potencialmente afetados pelo plano ou intervenção podem participar desde o início.

Nessa época também nasceu o *community design*, que se baseia na noção de que o conhecimento técnico é inadequado e insuficiente para resolver os problemas das comunidades, e representa a adição de um conteúdo moral e político à prática profissional (Comerio, 1990; Sanoff, 2000). Muita gente, tal como Appleyard (1982), considera o *community design* como uma forma de desenho urbano. De qualquer modo, o *community design* é um conceito forte no planejamento urbano norte-americano, implicando não apenas o trabalho para uma comunidade mas com a comunidade, ou seja, supõe o projeto desenvolvido através de um processo participativo de tomada de decisões.

O primeiro centro de projeto comunitário foi aberto no Harlem em 1963 para lutar contra o projeto de uma via expressa em Upper Manhattan, e logo surgiram diversos outros organizados por universidades, o American Institute of Architects, ou como organizações não-governamentais, apoiados em trabalho voluntário, recursos do governo federal (*Community Development Block Grants*) ou outros tipos de doação (Sanoff, 2000). Diversos ainda funcionam atualmente, mas tornaram-se menos idealistas e mais empreendedores, mais práticos e enfocados na eficácia dos produtos.

De uma forma geral, o planejamento urbano com consciência social tornou-se o que hoje é conhecido como “*equity planning*”, ou planejamento igualitário, que prevê os mesmos direitos para todos (Dalton, Hoch & So, 2000). Assim, a dimensão pública do planejamento está ainda mais evidente. Num processo moderno de planejamento, trabalha-se para que, pelo menos, a comunidade compreenda as questões e os problemas que a atingem, para que definam uma série de metas e alternativas para enfrentá-los, através de audiências públicas, com os planejadores atuando como facilitadores deste processo, buscando que os diversos grupos de interesse estejam representados e que cheguem a um consenso.

Outra característica importante do planejamento moderno nos EUA é que ele é considerado uma atividade *para e com* públicos múltiplos. Não poderia deixar de ser assim pois é uma sociedade de múltiplas classes, diversas culturas, inúmeros grupos étnicos, e diferenças raciais. Por exemplo, na Califórnia, enquanto os brancos representam 50% da população da Califórnia – número que tem diminuído – os latinos representam 30% e os asiáticos 10% – ambos grupos crescendo cada vez mais – enquanto os afro-americanos se estabilizaram em menos de 10%. Dentro destes grupos, ainda há diversos sub-grupos representando raças, origens, línguas, religiões, etc.

Para garantir o caráter público do processo, existe um emaranhado de leis nacionais, estaduais e locais, todas com exigências que se rebatem no sistema de planejamento sob a forma de processos participativos. O arcabouço legal do planejamento norte-americano garante a participação pública ou pelo menos torna obrigatória a divulgação completa de todas as informações ao longo de todo o processo de um plano, tornando-o mais transparente e aberto a litígios perante o cidadão comum ou a grupos organizados, que possuem enorme poder legal.

O *National Environmental Act* (1969) e o *California Environmental Quality Act* (1970), são exemplos já clássicos da legislação nacional que estabelece sistemas de revisão de impacto ambiental (*environmental impact review*) bastante morosos e detalhados, e que incluem a participação comunitária. Atualmente na Califórnia, o estado exige que condados e cidades possuam planos gerais (*general plan*) e planos específicos (*specific plans*), ambos com formatação de conteúdo definida (Fulton, 1999).¹ O sistema prevê ainda planos distritais (*district plans*) e outros instrumentos complementares, tais como: *zoning ordinances* (zoneamento) *subdivision maps* (plantas de loteamento), *design guidelines* (diretrizes de projeto para cidades inteiras, setores específicas ou áreas históricas), *design review boards* (comissões especiais de aprovação), *development agreements* (acordos de desenvolvimento entre o setor público e o privado), dentre outros.

Diversas destas regulamentações são oriundas de movimentos comunitários e muitas são limitadoras do direito de construir. Por exemplo, em 1972 houve um plebiscito (*public referendum*) na Califórnia que apoiou uma lei estadual estabelecendo a poderosa *California Coastal Commission*, destinado-lhe recursos e estabelecendo os seus poderes para estudar, planejar, e controlar o uso da zona costeira. Limites para controlar o crescimento de subúrbios em Portland no Oregon, ou San Luis Obispo e Santa Barbara, na Califórnia, são exemplos de políticas públicas oriundas da pressão de movimentos populares.

Há também o chamado *ballot box zoning* ou *ballot planning*, que é uma curiosa forma de planejamento através da aprovação de plebiscito (*public referendum*) sobre uso do solo, um direito legal dos cidadãos da Califórnia que definitivamente faz do planejamento um fato político (Fulton, 1999). No ano passado em San Luis Obispo, por exemplo, um abaixo-assinado movido por grupos de cidadãos conseguiu forçar a realização de um plebiscito especial quando se reverteu a vontade do

¹ Na Califórnia as cidades e condados são obrigados a adotar um *General Plan*, ou seja, um documento que expressa as metas, políticas, e definições gerais de desenvolvimento e uso do solo. O *Community Plan* é um plano para uma comunidade ou área urbana, que segue o mesmo escopo do *General Plan* mas é mais específico e detalhado em seu escopo

prefeito e a decisão da câmara de vereadores que haviam aprovado a construção de um shopping center em uma área agrícola. Por isso, Fulton (1999) diz que na Califórnia o planejamento funciona bem quando há uma variedade grande desses grupos de interesse envolvidos no processo, bem organizados e que, no final, terminam se equilibrando.

Aqui devemos notar dois fatos curiosos e típicos no planejamento norte-americano para se evitar custos legais e mais demoras no processo. Primeiro, que o consenso é fundamental para se evitar litígios, que sempre levam a uma maior lentidão e a maiores custos financeiros ao processo de implementação dos planos. Em segundo lugar, que a construção do consenso é importante no cenário político americano pois se trata de democracia representativa e não total, ou seja lá o cidadão expressa a sua opinião, mas quem vota e toma a decisão final são mesmo os líderes eleitos (políticos, comissões, diretorias de associações, etc), embora em geral sigam a opinião da maioria dos seus eleitores –até mesmo também para evitar litígios. A realização de um plano geral, por exemplo, é acompanhada desde o início por uma comissão formada por 20 a 30 cidadãos representativos que eventualmente o remetem para aprovação final da prefeitura. Como observa William Fulton, um dos mais famosos autores sobre planejamento na Califórnia, “planejamento é... no fim, política” pois o planejador está intimamente envolvido com o processo decisório, desde a concepção até a aprovação e a implementação do plano; “...em última instância, planejamento é conseguir três dentre cinco, ou cinco dentre sete votos” (ao referir-se às câmaras de legisladores locais) (Fulton, 1999: 9).

Pode-se dizer que esse caráter público justifica bastante a existência das quase 100 escolas que oferecem programas de planejamento ou relacionados a estudos urbanos nos EUA, sendo que alguns oferecem mais de um programa, segundo os dados do site da Association of Collegiate Schools of Planning.

De modo geral, muitos estudantes são atraídos para a profissão por seu desejo de servir o interesse público: em 2000 mais de 70% dos profissionais registrados na American Planning Association trabalhavam para alguma agência governamental (Dalton, Hock & So, 2000: 5). A grande maioria desses programas concentra-se em temas como políticas públicas, administração, modelos estatísticos, estudos sociais, e economia urbana, tendo praticamente abandonado o interesse pelo planejamento físico e as qualidades visuais do ambiente construído. Entretanto, como indicam os movimentos do mercado e um público consumidor mais consciente, movidos em grande parte pelas duas maiores tendências urbanísticas norte-americanas, o “*new urbanism*” e o “*smart-growth*”, e como observou Forsyth (2004), o *design* está tornando-se cada vez mais importante nas escolas de planejamento.

PROJETOS ACADÊMICOS REAIS E O TRABALHO NA CAL POLY

Pedagogias de ensino de projeto – arquitetônico ou urbano – que tentam simular o “mundo real” ou “problemas reais” são comuns e em geral são as indicadas para a prática do atelier, cuja cultura tenta corresponder à prática profissional. Muitos educadores defendem que não há substituto para a experiência adquirida através do “aprender fazendo” do atelier, onde é comum convidar representantes da realidade com a qual o aluno está lidando para palestras ou participar em avaliações dos trabalhos.

Claro que há críticas a essas pedagogias, a mais comum apontando que este modelo simplesmente reproduz as condições do mercado de maneira acrítica, e limita a capacidade criadora e o pleno desenvolvimento do estudante. A segunda crítica, particularmente comum no caso do ensino do projeto arquitetônico, diz que a educação em arquitetura geralmente leva os alunos a adotar modelos artísticos que enfatizam os sentimentos pessoais e a imaginação, ou a modelos tipológicos e historicistas, e em nenhum deles permite aproximações ideais às reais necessidades dos usuários. Há também as críticas mais duras à própria filosofia do ensino em arquitetura, como as de Dutton (1991: xvii) que observa que a maioria dos docentes “entende o desenvolvimento da prática e da teoria e da arquitetura como mais importante do que a prática e a teoria da educação”, crítica onde se inserem alguns trabalhos do Projetar 2003, como de Rheingantz (2003) que defende uma perspectiva socio-interacionista onde a ênfase é deslocada do produto para o processo e às interações sociais que se dão durante esse processo.

Discutir essa questão foge dos meus objetivos aqui, e algo disto tive a oportunidade de discutir em trabalho já publicado (del Rio, 1998). Minha posição em relação a ensino e metodologias de projeto é conhecida, aproxima-se da posição socio-interacionista de Rheingantz (2003) e coincide com a de Sanoff (1977) em seu já clássico livro sobre métodos de programação, partindo da premissa que a compreensão das necessidades e dos comportamentos dos usuários é pré-requisito para a formulação de qualquer ação projetual. Alguns teóricos vão mais longe e defendem que a criatividade tem mais a ver com aquisição de conhecimento e a identificação do problema a ser resolvido (Rapoport, 1987; Peña & Marshall, 2001). Eis o que Peña & Marshall, sócios da famosa firma HOK e autores do conhecido livro *Problem Seeking: An Architectural Primer* (utilizado como base para o exame de ordem nos EUA), dizem sobre o processo de projeto, e note-se a importância da participação:

“Bons edifícios não simplesmente acontecem. Eles são planejados para serem bonitos e funcionar bem, o que é possível quando bons arquitetos e bons clientes juntam-se em um esforço deliberado e cooperativo. Programar as necessidades do edifício é a primeira tarefa do arquiteto, geralmente a mais importante” (tradução minha; Peña & Marshall, 2001: 12)

Para funcionar em contextos sociais reais e para integrar criatividade a responsabilidade social, a educação do arquiteto e urbanista deve introduzi-lo ao paradigma social e a seu papel na sociedade, juntando teoria e prática. Ao contrário do que entenderam alguns (Lara 2003: 62, por exemplo), não defendo a mensurabilidade quantitativa – como em muitos enfoques de avaliação pós-ocupação – ao contrário, minha posição sempre foi por uma mensuração que inclua a compreensão da dimensão qualitativa, segundo os usuários, e a operacionalização dessas informações no projeto. Arquitetos e urbanistas devem exercer a criatividade em campos em que ela é mais própria socialmente e onde ela pode ser socialmente produzida (Cuff, 1991). É na confluência equilibrada dos paradigmas que deve se basear a educação do arquiteto e urbanista, que deve ser capaz de juntar os valores intrínsecos (internos ao estudante) aos extrínsecos (vindos de fatores ambientais, sociais e culturais da comunidade e dos usuários dos ambientes projetados).

As escolas de arquitetura e urbanismo e as universidades devem então inserir as preocupações com o contexto político, social, e cultural em seus estudantes, seja em nível ético quanto em sua práxis, de modo que possam desempenhar melhor a sua função social. Em relação ao projeto de arquitetura e urbanismo, o caminho é indiscutivelmente o do *community design*, sendo que para tanto há três caminhos principais: através de serviços comunitários, das pedagogias adotadas, e da pesquisa aplicada. O primeiro caminho é melhor representado pelos centros comunitário de pesquisa e projeto, que presta serviços e assistência técnica a comunidades, independentemente dos currículos das escolas. Geralmente, esses centros são semi-independentes para ter mais agilidade de trabalho e financeira, garantem a continuidade e trabalhos de longo prazo, os docentes complementam sua carga horária com seu trabalho, e os alunos inserem-se como estagiários. A segunda possibilidade é a de inserir a prática do *community design* no próprio currículo e em disciplinas específicas de atelier/projeto, em que os alunos já possuam a maturidade suficiente para o melhor desempenho possível – “quase profissional”, como se diz.

A segunda possibilidade é a adotada pela minha escola, City and Regional Planning Department (CRP), uma das cinco que formam o College of Architectural and Environmental Design (CAED), California Polytechnic State University San Luis Obispo (Cal Poly).² Como o seu próprio nome já diz, a universidade é de origem politécnica, e a sua filosofia básica é “aprender fazendo” e pedagogias apoiadas na noção de “*community outreach*” (oferecer-se para a comunidade). Na Cal Poly, o mais importante é ser um bom professor e engajar-se em trabalhos profissionais e/ou comunitários com rebatimento direto no ensino, sendo que a pesquisa não é considerada prioridade.³

Criado em 1968, o CRP tem como missão formar profissionais planejadores para promover a qualidade do lugar e das comunidades através de um desenvolvimento sustentável consonante com

² Vejam os sites: <<http://www.caed.calpoly.edu/>> e <<http://planning.calpoly.edu/>>

³ As universidades públicas na Califórnia estão ligadas a dois sistemas distintos. O California State University, ao qual um total de 23 politécnicas e universidades do estado estão ligadas, e o University of California, que congrega 10 universidades ditas de pesquisa e diversos centros médicos e avançados. A Cal Poly San Luis Obispo é ligada ao primeiro sistema

as necessidades públicas. Para o departamento os planejadores devem trazer o conhecimento compreensivo e analítico para as decisões públicas sobre o desenvolvimento urbano através de um modelo de racional adaptado da investigação científica (Hoch, 2000): a) definir as metas, b) identificar os problemas que evitam chegar a essas metas, c) identificar as soluções alternativas para os problemas de modo que as metas sejam alcançadas, d) comparar os méritos de cada alternativa como solução aos problemas.

O ensino em ateliers, considerado o coração do programa, alia o aprender fazendo ao trabalho em situações reais, engajado com comunidades que, em nível de projeto chama-se *community design* ou, em nível de planejamento, *community planning*. As pedagogias adotadas nos ateliês seguem modelos participativos pois acreditamos que preparam melhor o trabalho em equipe, num ambiente multidisciplinar –a essência do planejamento urbano e regional- e com comunidades organizadas e o público em geral. Nos níveis mais avançados de atelier, a partir do final do segundo ano, os processos internos também são participativos: ao desenvolver um trabalho único com toda a turma, todas as informações são compartilhadas, os alunos assumem diferentes papéis de acordo com suas vontades, tendências, ou “especializações”, e as decisões são atingidas por consenso, como veremos nos exemplos a seguir.

Através dos exemplos veremos também que, coincidente com o roteiro de investigação científica acima, os ateliers adotam um modelo pedagógico que possui quatro fases (Salama, 1995; del Rio, 1998): a) conscientização (a descoberta de novas realidades); b) percepção (a compreensão dessas realidades e identificação de problemas); c) tomada de decisão (como enfrentar a situação); e d) implementação (desenvolvimento da solução escolhida). Assim, ao promover um enfoque ético e social ao trabalho de atelier, identificamos necessidades humanas e sociais, avaliamos o ambiente construído e o natural, e propomos intervenções, envolvendo no processo as comunidades afetadas, num misto de “profissional que resolve o problema” com “profissional que facilita a resolução do problema”.

Dentro desse contexto de ética e objetivos pedagógicos, no CRP os ateliers mais avançados procuram desenvolver planos e projetos comunitários em resposta a problemas reais “contratados” por agentes externos, o que possibilita os alunos o “aprender fazendo” engajado socialmente e próximo da realidade profissional. A seguir, discuto duas experiências recentes nesse sentido, uma na graduação e outra na pós-graduação, que foram extremamente bem sucedidas e tornaram-se modelos em nosso programa.

Apoiando o Desenvolvimento Comunitário

O primeiro exemplo do “aprender fazendo” e do tipo de trabalho junto a comunidades inserido às pedagogias das disciplinas de nosso departamento que vou descrever é o realizado durante dois trimestres letivos (Outono e Inverno)⁴ no âmbito das disciplinas *Community Planning Lab I & II*, do quarto e último ano do programa de graduação.⁵ Os alunos já chegam a esse nível tendo cursado três ateliers de projetos urbanos e, nestes dois, os alunos solidificam o entendimento do planejamento urbano na escala de uma cidade pequena: no primeiro trimestre dedicam-se ao diagnóstico e análise, o segundo ao desenvolvimento de um plano diretor.

Já há alguns anos a pedagogia adotada nesses *ateliers* é baseada no desenvolvimento de planos urbanísticos através de processo de participativo, reproduzindo o contexto social e profissional, e em resposta a contrato com órgão local de planejamento, o que geralmente se dá em nível do condado de San Luis Obispo.⁶ Nosso departamento já é famoso por essas iniciativas, tomadas com seriedade pelas equipes de planejamento de prefeituras e condados locais, pois não apenas lhes provê de estudos e idéias, às vezes cobrindo sua falta de pessoal, como também possibilita auscultar as expectativas da comunidade.

⁴ O trimestre do Outono (*fall quarter*) vai de meados de Setembro a primeira semana de Dezembro, e o do Inverno (*winter quarter*) vai dos primeiros dias de Janeiro até o início de Março.

⁵ Coordenados pela professora Zeljka Pavlovich Howard.

⁶ O condado inclui diversas cidades, como San Luis Obispo, que possuem suas prefeituras departamentos de planejamento, mas também planeja e administra o restante do território que inclui cidadezinhas e áreas urbanas não emancipadas.

O projeto acadêmico também permite discutir temas delicados com a comunidade que certamente seriam objeto de controvérsia e radicalismo numa situação “real”. Os “clientes” sempre demonstram boa vontade em participar e contribuir com o aprendizado dos alunos, além de compreenderem que, com isso, estão também aprendendo sobre sua própria comunidade e debatendo o seu futuro.

O exemplo que eu queria comentar aqui foi o processo de realização do Plano Comunitário de San Miguel, realizado no Outono de 2003 e Inverno de 2004, encomendado à disciplina pelo diretor de *Long Term Planning* do condado.⁷ San Miguel é um vilarejo 1.500 habitantes ao norte do condado que hoje funciona quase como satélite da cidade de Paso Robles (30.000 habitantes) e que cresceu por conta da fundação de uma das missões espanholas em 1797, de uma estação do trem já desativada há anos, e da exploração agrícola. A grande maioria da sua população é bastante humilde, muitos de origem mexicana, e o único atrativo local é a própria missão, uma das mais autênticas da Califórnia que, infelizmente, foi interdita depois do terremoto de Dezembro de 2003. A maioria das moradias são residências unifamiliares e as poucas lojas existentes espalham-se ao longo de uma poeirenta rua paralela à linha férrea; o estilo predominante é o eclético embora diversos prédios sejam históricos.

O desenvolvimento do trabalho revelou que em San Miguel há um forte senso de comunidade, orgulho do caráter de pequeno povoado, e a população possui grande determinação em participar das decisões sobre o desenvolvimento da cidade.

O trabalho dos alunos foi desenvolvido ao longo dos dois trimestres, teve diversas fases e contou com quatro sessões públicas em que comunidade participou –três workshops e uma apresentação final.⁸ Nos workshops os alunos atuavam como facilitadores das discussões em pequenos grupos e em assembléia, bem como sistematizadores dos dados e resultados (Figura 1). Ao longo de todo o trabalho, a turma realizou inúmeras visitas a San Miguel, inclusive à noite e nos fins de semana para facilitar o acesso à comunidade, muitas acompanhadas pelo professor responsável. Como em todo trabalho desta natureza “profissional”, líderes surgiram na turma, cada um com suas “especialidades”, o que foi incentivado, sendo que dois deles foram responsabilizados pela elaboração do relatório final do Plano, em dois volumes (diagnóstico e proposição).



Figura 1:
Um dos workshops promovidos com a comunidade, durante o desenvolvimento do plano para San Miguel, em que alunos agem como facilitadores em pequenos grupos de trabalho

A primeira fase, iniciada no final de Setembro de 2003, teve as seguintes etapas:

- a) perfil da comunidade, condições existentes, estudos de caso;
- b) identificações de tendências, projeções estatísticas, estudos de mercado;
- c) workshop público na comunidade (diagnóstico, principais temas e problemas);

⁷ Na Califórnia é comum os departamentos de planejamento estarem divididos em *long term planning* (planejamento de longo prazo, planos diretores, estudos, etc) e *short term planning* (implementação, aprovação, atendimento, etc).

⁸ A turma de quarto ano que realizou este trabalho tinha 19 alunos.

d) elaboração do relatório de diagnóstico e análise.

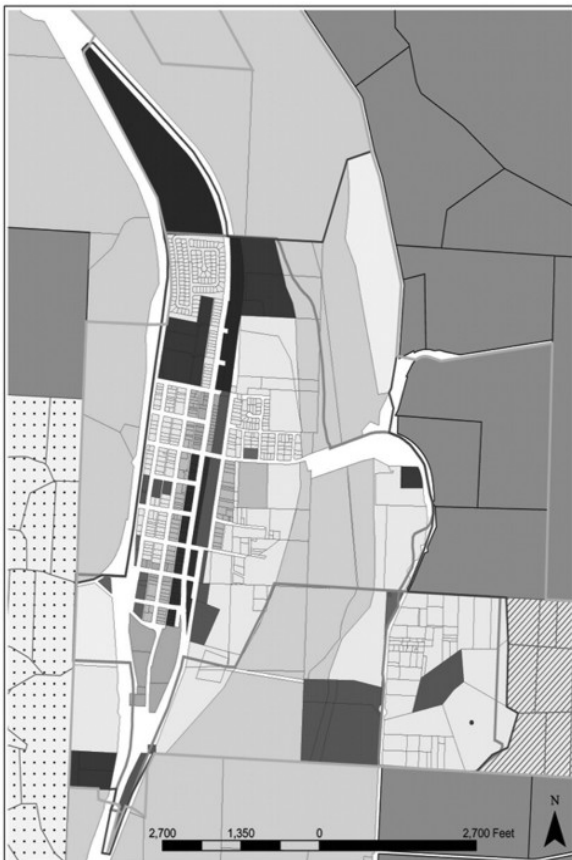
A segunda fase, iniciada em Janeiro e finalizada em Março de 2004, incluiu:

- a) estudo cognitivo e pesquisa de preferências ambientais;
- b) workshop público na Cal Poly com representantes da comunidade, urbanistas do condado, professores e estudantes da graduação e pós (*design charrette*) quando chegou-se a quatro planos conceituais alternativos;
- c) refinamento e escolha de duas alternativas;
- d) workshop público em San Miguel para discutir e escolher um plano;
- e) desenvolvimento do plano final;
- f) apresentação final em San Miguel (com posters, resumos executivos, cópias do trabalho e Powerpoint), seguidos de publicação e distribuição dos relatórios finais.

Sem entrar em detalhes sobre o plano, basta dizer que ele segue três grandes linhas de planejamento:

- a) lidar com as enormes pressões para desenvolvimento residencial que afetam o condado;
- b) capitalizar com o desenvolvimento turístico centrado na missão e na indústria do vinho;
- c) desenvolver uma comunidade sustentável e equilibrada.

O Plano desenvolve diversos tópicos, tais como: uso do solo, habitação, desenvolvimento econômico, desenho urbano, circulação, parques e áreas livres, ruído, segurança, preservação, e serviços públicos. As simulações comparativas entre o existente e cenários possíveis para o futuro segundo as propostas do plano, através de programas como *Photoshop* e *SketchUp*, facilitaram a compreensão e a participação do público (Figuras 2 & 3).



Figuras 2 & 3:

O mapa de zoneamento proposto no Plano Comunitário de São Miguel, e imagens comparativas do existente e do proposto numa simulação em Photoshop

O processo pedagógico para o desenvolvimento deste *Community Plan* constituiu valiosa experiência para os estudantes, capacitando-os através do aprendizado de procedimentos e técnicas de planejamento fundamentais que simulavam um ambiente profissional e um contrato real. Apesar do relativo pouco tempo, que impede pesquisas mais aprofundadas e maiores envolvimento da comunidade, o resultado final foi muito satisfatório para os alunos, não apenas em nível do seu aprendizado mas também na satisfação em ver seu trabalho sendo útil para a comunidade. Este plano servirá de referência para a equipe de planejamento do condado, contratante do trabalho, quando da continuidade do processo de refinamento do *General Plan* ao nível de San Miguel, que certamente terá em breve o seu plano específico oficial.

Este trabalho foi muito elogiado pela comunidade de San Miguel e pelas entidades profissionais, tendo recebido prêmios da *American Planning Association* (melhor trabalho da região, outorgado pela *Central Coast Section*; melhor trabalho do estado, outorgado pelo *California Chapter*) em 2004, assim como do *American Institute of Certified Planners* (melhor trabalho acadêmico nos EUA), recebido no congresso nacional de 2005.

Ajudando a Negociação entre Atores Sociais

Outro importante exemplo em nosso departamento foi o Plano Conceitual para a Área de Park Marina – *Park Marina Area Concept Plan*, trabalho que, desde a proposta pedagógica inicial, engajou-se na resolução de um problema real, contribuiu para a solução de um impasse político, e tem rendido frutos junto à comunidade até agora.

O trabalho foi realizado durante o “winter quarter” (Janeiro a Março) de 2005 no âmbito da disciplina obrigatória *Project Planning Lab*, atelier de desenho urbano no segundo e último ano do nosso programa de pós-graduação. Importante esclarecer que trata-se de programa de mestrado profissional em Planejamento Urbano e Regional, ou seja, os alunos são oriundos das mais variadas áreas de graduação e poucos são os que possuem alguma base ou experiência em urbanismo.⁹ Neste atelier, os alunos devem elaborar um Plano Específico¹⁰ utilizando-se dos conhecimentos recebidos ao longo do curso, além dos poucos conhecimentos de desenho urbano adquiridos na disciplina eletiva *Principles of Urban Design*, realizada no ano anterior. Seguindo a filosofia “aprender fazendo” da Cal Poly, preferentemente propomos um projeto “real”, sob contrato ou encomenda de um governo ou entidade comunitária local.

Neste caso, a área de projeto fica em Redding, cidade com aproximadamente 90.000 habitantes e área metropolitana de 170.000 localizada a aproximadamente três horas de carro de Sacramento, capital da Califórnia. Medindo aproximadamente 11 hectares e localizada ao longo da Park Marina Drive, na margem oeste do Rio Sacramento, a gleba possui excelente acessibilidade pelas autoestradas estaduais, está perto do centro e junto a uma área residencial unifamiliar e outra de comércio e serviços, ambas com gabaritos de um a três andares. Pertence à família Kutras¹¹ mas com o tempo diversos trechos foram arrendados e sub-arrendados, resultando em conjunto não-planejado de usos do solo e edificações esparsas onde, apesar do grande potencial, prevalecem áreas livres sem uso tomadas pela vegetação natural, a má conservação, e o abandono. Os Kutras mantêm o controle direto de algumas parcelas e, em dez ou quinze anos, com o esgotamento dos prazos de arrendamento, retomarão todas as outras parcelas.

O *imbroglio* político sobre a propriedade que gerou o convite para realizarmos o trabalho aconteceu entre os proprietários, o *city manager*¹², e a McConnell Foundation, poderosa fundação local formada com os

⁹ Esta turma teve 20 alunos, sendo 19 mestrandos sem a menor experiência em urbanismo e projeto, e 1 aluno do último ano de graduação em planejamento urbano. Este inscreveu-se na disciplina como eletiva a meu pedido, por conta de seu domínio de programas de simulação em 3D (principalmente SketchUp e animação), depois que constatei que nenhum dos inscrito possuía conhecimentos de projetos urbanos ou sequer de representação gráfica.

¹⁰ Plano Específico (*specific plan*) refere-se a um tipo de plano urbano formatado pelo Estado da Califórnia para uma área geográfica específica. É o nível de planejamento logo abaixo do *general plan*, o plano diretor. Definem-se objetivos, conceitos, padrões, e regras urbanísticas para serem implementadas a longo prazo, pelo setor público e privado. Veja-se, por exemplo, Fulton 1999.

¹¹ De antecedência grega, a família Kutras estava representada pelo patriarca George Kutras e seus filhos Demetra e Chris.

¹² Cargo existente em muitas cidades norte-americanas, o *City Manager* é o administrador executivo da cidade contratado para tanto pela câmara municipal, o *City Council*. Nestas cidades, o *City Mayor*, ou prefeito, é apenas o presidente da câmara e não possui função executiva.

recursos de uma grande herança. Na realidade a área já possuía um antigo plano modernista elaborado pela prefeitura que, além de nunca aprovado, era de baixa qualidade, não previa o uso habitacional, e dedicava extensas áreas a estacionamento. A fundação, um dos principais arrendatários da área, havia recentemente contratado um plano urbanístico para toda a área sem o conhecimento dos proprietários. Com o apoio do *city manager* eles acusavam os Kutras de “atrasar o progresso da cidade” e de não entender “o que era bom para Redding” que, evidentemente, não gostaram nada disso, gritaram pelo direito de decidir ou de participar do futuro de sua propriedade; o impasse político estava armado.

Convencida por arquiteto amigo¹³ de que a área necessitava de plano global para garantir a qualidade do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, os seus interesses e os da comunidade, os Kutras permitiram que um convite fosse estendido ao nosso *College* e departamento. Essa seria a mais eficiente, rápida e barata maneira de se obter um plano conceitual “neutro” que contribuisse para o debate; um pontapé inicial num processo de implementação que, certamente, tem ainda muitos anos pela frente. Com o aceite de contrato verbal para pagamento de todas as nossas despesas relativas ao trabalho e um montante como doação ao departamento, engajamo-nos no trabalho a partir de Janeiro de 2005.¹⁴

O desenvolvimento do trabalho contou com o apoio de escritório de arquitetura em San Luis Obispo, associado ao de Redding, e de seu consultor para investimentos imobiliários.¹⁵ Além de acompanharmos nas visitas à área, proferiram palestras aos alunos, participaram de avaliações do trabalho, e um dos arquitetos do grupo visitava o nosso atelier com frequência. Em termos de dinâmica de classe, os alunos foram engajados como numa colaboração típica profissional: incentivei líderes a assumir papéis específicos nas diversas etapas do processo, distribuí e cobreí tarefas, sempre de acordo com as preferências e/ou backgrounds dos próprios alunos. Este foi um grupo de alunos excelente, extremamente responsável e dedicado, o que evidentemente revelou-se fundamental para a qualidade do trabalho e o sucesso dos produtos finais.

O processo projetual começou com diagnóstico completo da área e seu contexto, das demandas de mercado, das percepções e expectativas da comunidade. A turma foi dividida em cinco grandes sub-grupos para lidar com temas de estudo diferenciados. Como a área de projeto fica muito longe da escola (oito horas de carro), realizamos apenas uma visita de estudos e, pela mesma razão, não pudemos contar com participação comunitária ao longo do processo de projeto, embora tenhamos nos utilizado de valioso instrumento para preencher esta grave lacuna, como veremos adiante. Nesta visita, realizada logo na primeira semana de aulas (saímos numa quinta-feira e voltamos domingo), estivemos presentes, além de mim e oito alunos representando os diversos temas a se estudar, dois arquitetos e o assessor imobiliário do escritório de San Luis Obispo. Nossa primeira reunião em Redding foi um jantar oferecido pelos Kutras, proprietários da área, que nos deixaram totalmente à vontade e garantiram que, apesar do seu evidente interesse, queriam que nosso trabalho buscasse o de melhor para a área e a comunidade.

Durante a visita levantou-se dados, fotografou-se muito, conversou-se com representantes da prefeitura e da McConnell Foundation, obteve-se muita informação da prefeitura e de órgãos locais, mapas em GIS e Autocad, fotografias aéreas, planos locais existentes, etc. Foi fundamental também termos nos reunido com equipe do *Record SearchLight*, maior jornal de Redding, quando obtivemos total apoio ao trabalho. Nesta visita os alunos também aplicaram um questionário-entrevista em diversos locais de Redding, quando 32 respondentes comentaram suas percepções, expectativas e preferências em relação à área de projeto e possibilidades para o seu futuro. O questionário também investigava o que chamamos de *preferências visuais* do respondente, ou seja, pedia que escolhessem dentre fotos representativas de diferentes tipologias urbanísticas e arquitetônicas.

De volta ao atelier e com base neste estudo piloto, um grupo de alunos desenvolveu questionário mais completo para ser respondido *on-line*.¹⁶ A nosso pedido, o *Record Searchlight*, em sua edição de Domingo 6 de Fevereiro, publicou artigo sobre revitalização de áreas ribeirinhas e a importância da área

¹³ Arquiteto Leslie Melburg, sócio da firma Nichols, Melburg & Rosetto, de Redding, CA.

¹⁴ Os custos incluíram as despesas com duas viagens a Redding (translado, hospedagem e alimentação) para dois grupos de alunos, além de material de desenho, plotagens, impressões, etc. A doação foi investida na publicação da revista anual do departamento, *Focus* (pode ser acessada em <http://planning.calpoly.edu/>)

¹⁵ Richmod, Rea & Luker Architects – R2L, San Luis Obispo, representado pelos arquitetos Robert Richmond e Glenn Wood, e pelo consultor de negócios imobiliários J.C. Martin.

¹⁶ O questionário *on-line* foi desenvolvido através dos serviços disponíveis no site <www.monkeysurvey.com> que oferece um modelo básico, hospeda o questionário final, recebe diretamente as respostas, disponibiliza as respostas e todas as tabulações.

de projeto, convidando os leitores a participar de nosso trabalho *on-line*.¹⁷ O sucesso desta iniciativa superou quaisquer expectativas pois em apenas dez dias 864 pessoas responderam ao questionário. Destas, 739 responderam à pergunta aberta “Se a área junto ao rio fosse desenvolvida, o que você gostaria de ver lá?”, cujas respostas foram objeto de trabalhosa análise de conteúdo pelos alunos. Além disso, recebemos e-mails, telefonemas, e carta bastante detalhada de um membro da comunidade. O total de respondentes surpreendeu, particularmente em se tratando de trabalho acadêmico, sendo muito superior à grande maioria de trabalhos urbanísticos desta natureza, revelando o grande interesse da população e o potencial da área. No mês seguinte, com base em um pequeno artigo elaborado pelos alunos, o *Record Searchlight* publicou nova matéria sobre o trabalho, comentando o resultado da análise das respostas ao questionário. Este canal de participação (jornal e site na internet) e o instrumento de medida mostraram-se extremamente eficientes e indicativos de uma verdadeira participação comunitária.

Todas as informações obtidas e as respostas dos questionários nos permitiram uma análise bastante aprofundada da área, a identificação de potenciais e impedimentos para desenvolvimento, a montagem de programa urbanístico preliminar (metas, objetivos temáticos, e diretrizes projetuais) e partido básico de intervenção. Diversas idéias e elementos projetuais foram aproveitados diretamente das respostas ao questionário. Para o desenvolvimento da proposta, a turma foi novamente sub-dividida para lidar com três sub-áreas geográficas da propriedade e diversas temáticas urbanísticas (circulação, uso do solo, ambiente natural, etc), em sub-grupos de alunos e individualmente. A turma finalizou o trimestre letivo com um relatório único intitulado *Park Marina Area Concept Plan* com toda a análise e a proposta, incluindo croquis, desenhos e plantas, além da apresentação final em *Powerpoint*.¹⁸

Sem entrar em detalhes sobre o projeto urbanístico final, basta dizer que a intenção do *Park Marina Area Concept Plan* é revitalizar a área ribeirinha e criar um lugar único, que seja um novo destino tanto para moradores quanto para visitantes de Redding (Figuras 4 & 5). A sustentabilidade, a identidade, e a interação social são promovidos através de um conjunto integrado de usos de lazer, recreacionais, culturais e comerciais acessíveis a todos os segmentos populacionais. As áreas livres (que totalizavam mais de 60% da proposta), a mistura de atrativos, e a qualidade do projeto fariam da área um atrativo único, um ponto de encontro e de atividades, que integraria o rio à vida urbana e ajudaria a revitalizar este trecho da cidade.



Figuras 4 & 5: O plano conceitual para a área de Park Marina, e uma das imagens da maquete eletrônica em SketchUp

¹⁷ Artigo “Seeking Redding’s Future on the Riverfront”, de minha autoria com o aluno Sean Nicholas.

¹⁸ Divesos elementos finais do trabalho estão disponíveis no site do departamento: <http://planning.calpoly.edu>.

No final do trimestre, no dia 10 de Março, um grupo selecionado de alunos apresentou o trabalho final (em painéis impressos e *Powerpoint*) para uma seleta audiência composta por representante da família proprietária e seu arquiteto, os arquitetos associados de San Luis Obispo, o *dean* do *College* e nosso chefe de departamento. Foram extremamente bem sucedidos tanto por conta da qualidade do projeto quanto do profissionalismo da apresentação, e logo começou-se a planejar a apresentação para a comunidade em Redding.

Na quarta-feira 27 de Abril e com base no resumo executivo do projeto, o *Record Searchlight* publicou matéria extremamente positiva sobre a proposta, incluindo duas perspectivas CAD a cores, onde convocava a comunidade para a apresentação do projeto a realizar-se no sábado seguinte, no auditório da camara (Fig. 6). Três dias depois, sábado 30 de Abril, um grupo de alunos (acompanhados por mim e o grupo de arquitetos) realizou a apresentação pública em Redding onde estiveram presentes a família Kutra, proprietários do terreno, jornalistas, e aproximadamente 80 membros da comunidade. Cópias do resumo executivo foram distribuídas, assim como exemplares de um CDROM com o relatório completo, plantas, perspectivas, e uma versão da apresentação em *Powerpoint*. A apresentação e a proposta foram extremamente bem recebidos, com diversos comentários elogiosos dos conceitos, da qualidade do projeto, a interpretação das vontades da comunidade. A cobertura da TV local foi muito positiva, assim como as matérias no jornal.



Figura 6 : Matéria do jornal sobre a proposta dos alunos e convocando a comunidade para a apresentação pública, e foto de momento desta apresentação.

Figura 7: Foto do momento desta apresentação

O trabalho rendeu importantes frutos políticos para a família Kutras, no sentido em que abriu o destino de sua propriedade para a participação da comunidade, demonstrando que não se trata de um simples desenvolvimento imobiliário meramente especulativo. Nos últimos meses a câmara indicou um comitê de sete membros –representantes comunitários e moradores da área– para dar continuidade ao processo decisório sobre a área e superar o impasse que havia antes. O comitê tem se reunido em seções públicas, com representantes das partes envolvidas, quando nosso projeto tem sido discutido e obtido significativo apoio. A opinião pública e os articulistas do jornal *Record Searchlight* apoiam os conceitos e o partido da proposta, que os proprietários insistem em declarar que desejam implementar. Para tanto, os arquitetos envolvidos no processo deverão ser contratados além de equipes complementares e estudo de mercado detalhado, e investidores privados estão sendo contatados. É evidente que os alunos aprenderam muito com esse projeto, não apenas em nível técnico, mas no político também, e estão absolutamente radiantes com os rebatimentos do seu trabalho. Por seu lado, o departamento e o *college* também ficaram satisfeitos não apenas com os resultados pedagógicos, mas com o marketing obtido e as

implicações do trabalho junto ao mercado profissional, uma vez que acabou gerando contratos para os arquitetos envolvidos.

COMENTÁRIOS FINAIS

Após levantar tantas questões com tantos rebatimentos, tanto pedagógicos (alunos) quando político-sociais (comunidade), geralmente espera-se alguma conclusão apocalíptica, cabe-me tentar costurar um pouco o discurso traçando algumas considerações finais que incitem mais o debate e o pensamento. Claro que parto da premissa, como todo o meu discurso certamente já demonstrou, que o tipo de pedagogia de atelier que adotamos na Cal Poly, através de trabalhos reais de *community design* e de *community planning*, são os mais indicados a partir do momento que os alunos já atingiram um certo nível de maturidade.

Como vimos, a nossa prática de atelier aplica, em parte, o que Paulo Freire afirma: “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar oportunidades para a sua produção ou a sua construção (apud Rheingantz, 2003: 109). Em parte porque existem diversos objetivos pedagógicos que devem realmente ser ensinados em um atelier de arquitetura e urbanismo, tais como representação e apresentação (gráfica, oral, e escrita), métodos de pesquisa, programas computacionais, métodos de programação, dentre tantos outros saberes que dependem do professor detentor e divulgador do conhecimento. Mas por outro lado, adotar situações reais e projetos participativos cria oportunidades para a construção do conhecimento, e insere os alunos em um aprendizado interativo onde, por um lado, uns aprendem com outros e, pelo outro, eles aprendem com a comunidade e vice-versa.

Evidentemente, nem tudo são rosas e também posso apontar diversos problemas:

- dependência de fatores externos de difícil controle mas de potencial influência no processo e no produto (“cliente”, problema contratado, localização, perfil da comunidade, etc);
- desenvolvimento do trabalho limitado ao período escolar e ao tempo disponível do aluno;
- limitado tempo para aprofundamentos (investigação e detalhamento projetual);
- limitado acesso a fontes de informação e a recursos;
- limitada capacidade gerencial dos alunos;
- dependência da qualidade / conhecimento da turma, e do surgimento de líderes (gerentes) capazes;
- mascaramento da mediocridade e da timidez por detrás do trabalho em equipe e da ação dos líderes;
- a simulação sempre será imperfeita em nível de suas implicações e rebatimentos políticos, que são muito diferentes na vida real.

Alguns destes pontos negativos podem ser perfeitamente inibidos, tais como o tempo disponível nos projetos “contratados” com a conscientização dos “contratantes” de que se trata de trabalho curricular, não profissional. Outros, como a questão do gerenciamento e da dinâmica interna dos grupos de alunos, devem ser enfrentada com a intervenção do docente. Mas vejamos a seguir alguns dos muitos pontos positivos do nosso modelo de atelier:

- contribui para a realização do papel social da universidade;
- promove a integração com equipes profissionais externas, principalmente através da cessão de dados, informações e avaliação das diversas etapas dos trabalhos, mas também pela participação de técnicos externos em workshops com a comunidade organizados pelos alunos;
- melhor compreensão de dinâmicas sociais e políticas e dos sistemas de planejamento institucional;
- gera trabalho que será efetivamente útil para a comunidade, tanto em nível socio-político (educação ambiental e cívica), quanto em nível técnico (discussão de cenários possíveis);
- compreensão de processos, métodos e instrumentos participativos;

- maior conscientização das implicações políticas, culturais e sociais do trabalho do urbanista;
- contribui para maior conscientização de uma ética profissional;
- melhor agenciamento da integração dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso;
- aumento do interesse do aluno e melhor fixação do aprendizado;
- viabiliza o envolvimento de estudantes de outros níveis, com diferentes responsabilidades ou papéis, assim como de outras disciplinas, num trabalho interdisciplinar;
- cumpre um duplo papel conscientizador e político com a comunidade: educa sobre o ambiente e os processos públicos de controle de desenvolvimento; educa sobre o papel do profissional;
- possui claros rebatimentos dinamizadores no mercado profissional e gera possibilidades de inserção dos estudantes;
- gera uma fonte de recursos (pequena) para cobrir os gastos do aluno e para a escola.

Acredito que apresentamos evidências suficientes de que os produtos finais e os rebatimentos positivos do modelo do “aprender fazendo” através do *community planning & design* e de processos participativos com as populações envolvidas excedem em muito os pontos negativos. Acima de tudo, o modelo permite uma educação como a defendida por Feigenberg (2001), cujo foco não é mais na retenção de fatos e fórmulas pelo estudante, mas em fazê-lo pensar criticamente e em ensiná-lo a aprender, sempre inserido ao contexto social e político, e gerando produtos socialmente conseqüentes. Implementar modelos semelhantes em programas acadêmicos no Brasil parece-me fundamental, onde as escolas de arquitetura e urbanismo devem estar muito mais conscientes de seu papel social e da grande necessidade de contribuir para o desenvolvimento social, cultural, e político das comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Appleyard, Donald. 1982. “Three Kinds of Urban Design Practice”. In Pittas, M. & Farebee, A. (orgs). Education for Urban Design. Nova Iorque: The Institute for Urban Design.
- Comas, Carlos Eduardo Dias; org. 1986. Projeto Arquiteônico: Disciplina em Crise, Disciplina em Renovação. São Paulo: Editora Projeto / CNPq.
- Comerio, Mary. 1990. “Community Design: Idealism and Entrepreneurship”. In Sanoff, H. (org.). Participatory Design. Edição do organizador. Raleigh, NC.
- Dalton, L.; Hoch, C. & So, Frank. 2000. “Introduction: Planning for People and Places”. In Hoch, Dalton & So (orgs.) The Practice of Local Government. 3ª edição. Washington, DC: International City-County Management Association / American Planning Association.
- del Rio, Vicente. 1998. “Projeto de Arquitetura: Entre Criatividade e Método”. In del Rio, V. (org) Arquitetura: Pesquisa & Projeto. São Paulo: Pro Editores / PROARQ-FAU-UFRJ.
- _____. 1990a. “Programas Acadêmico de Arquitetura e Desenho Urbano para Assistência Comunitária”. In Arquitetura Revista # 8, FAU-UFRJ.
- _____. 1990b. Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento. São Paulo: Pini.
- Dutton, Thomas; org. 2001. Voices in Architectural Education: Cultural Politics and Pedagogy. Nova Iorque: Bergin & Gavey.
- Faigenberg, Alan. 2001. “Learning to Teach and Teaching to Learn”. In Dutton, Thomas (org).
- Forsyth, Ann. 2004. “Responses to the Graduate Planning School Study – The View from Design”. In Journal of Planning Education and Research vol. 24 # 1.
- Fulton, William. 1999. Guide to California Planning. 2ª edição. Point Arenas, CA: Solano Press.
- Hoch, Charles. 2000. “Making Plans”. In Hoch, Dalton & So (orgs.) The Practice of Local Government. 3ª edição. Washington, DC: International City-County Management Association / American Planning Association.
- Lara, Fernando & Marques, Sonia; orgs. 2003. Desafios e Conquistas da Pesquisa e do Ensino de Projeto. Rio de Janeiro: Editora Virtual Científica.

- Lara, Fernando. 2003. "(In)Disciplina: Considerações sobre a Autonomia do Ensino de Projeto". In Lara & Marques; orgs.
- Peña, William & Parshall, Steven. 2001. Problem Seeking: An Architectural Programming Primer. 4ª edição. Nova Iorque: John Wiley & Sons.
- Rheingantz, Paulo Afonso. 2003. "Arquitetura da Autonomia: Bases Pedagógicas para a Renovação do Atelier de Projeto de Arquitetura". In Lara & Marques, orgs.
- Rowe, Peter. 1995. Design Thinking. Cambridge, CA: The MIT Press.
- Salama, Ashraf. 1995. New Trends in Architectural Education. Edição do autor. Raleigh, NC: Tailored Text & Unlimited Publishing.
- Sanoff, Henry. 1977. Methods of Architectural Programming. Downden, Hutchison & Ross.
- _____. 2000. Community Participation Methods in Design and Planning. Nova Iorque: John Wiley & Sons.